

PADEMIA PL aprovado na Câmara substituiu o chamado Plano Mansueto

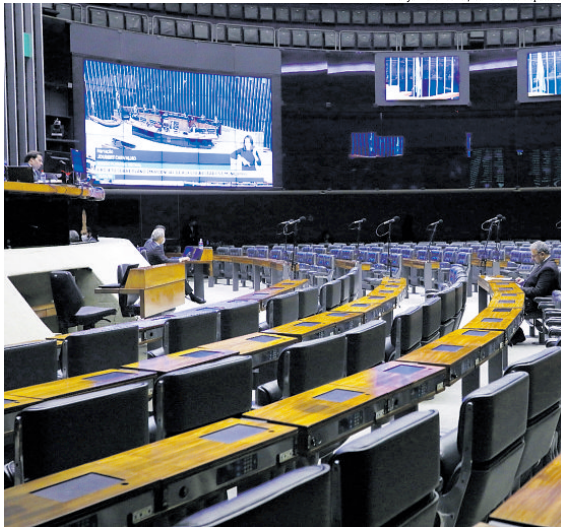
AJUDA A ESTADOS E MUNICÍPIOS É APROVADA

AGÊNCIA BRASIL Brasília

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou ontem, por 431 votos a 70, o Projeto de Lei Complementar 149/19, substitutivo do deputado Pedro Paulo (DEM-RJ) ao projeto conhecido como Plano Mansueto, que prevê ajuda financeira da União a estados, Distrito Federal e municípios para o enfrentamento à pandemia de covid-19. O texto segue para apreciação do Senado.

O projeto prevê compensar a queda de arrecadação do ICMS e do ISS de 2020 em relação a 2019

mento de limite de endividamento dos estados do projeto, e o líder do governo, deputado Vitor Hugo (PSL-GO), afirmou que o governo é contra o texto. Uma das críticas é ter deixado fora do projeto o congelamento de salários dos servidores. Ele também mencionou a negativa de vincular os recursos da recomposição



O plenário da Câmara dos Deputados aprovou o projeto ontem por 431 votos a 70

a gastos especificamente voltados para o combate do novo coronavírus.

"O governo quer ajudar os estados e os municípios, mas não desta forma", disse Vitor Hugo. Ele afirmou ainda que o critério da divisão dos recursos deve levar em conta a contaminação por covid-19. O líder do Cidadania, de-

putado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), disse que a votação é importante neste período de crise. "Tudo o que está sendo votado é temporário e engloba o período da crise. Estamos fazendo tudo para tomar as medidas necessárias agora e, depois, retonar os cuidados com a questão fiscal", disse Jardim.

Maryanny Oliveira / Câmara dos Deputados

Alba tem mutirão em projetos de indicação

RAUL AGUIAR

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) aprovou em um esquema de mutirão, ontem, uma série de Projetos de Indicação que estavam parados na Casa.

Foi a primeira sessão remota da história da Mesa Diretora da Alba e durou mais de 3 horas, através do Sistema Remoto de Deliberação (SDR), implantado para manutenção das atividades na Assembleia após pandemia do novo coronavírus.

A sessão de ontem foi provocada pelos deputados na semana passada, que, insatisfeitos por aprovar repetidamente pedidos de calamidade pública das cidades do interior, queriam ver os seus projetos de indicação aos chefes dos executivos e de órgãos andar.

Entre os projetos aprovados está o deputado estadual estadual Prisco (PSC), que pede ao governador Rui Costa (PT) a "isenção nos pedagógicos nas rodovias baianas para as categorias essenciais, como os policiais militares e bombeiro, civis, médicos, enfermeiros, para o pessoal da área de saúde e para os caminhoneiros".

Orçamento de Guerra é adiado

DA REDAÇÃO E AGÊNCIAS

A votação do chamado da Proposta de Emenda à Constituição do Orçamento de Guerra (PEC 10/2020) no Senado, anunciada para hoje, será feita amanhã. Segundo o líder do governo na Casa, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), na sessão de ontem o relator da matéria, senador Antonio Anastasia (PSD-MG), que passou o feriado em conversas com senadores, apresentou após a discussão da matéria. A decisão de adiar a votação foi tomada em uma reunião de líderes da Casa ontem pela manhã.

O relator, Antonio Anastasia fez algumas alterações no texto dos deputados. A principal foi a retirada da criação do Comitê Gestor de Crise, que, na avaliação do relator, o

Senado decidiu postergar a votação durante reunião de líderes ontem

presidente da República já tem a competência constitucional para coordenar as ações do Poder Executivo.

Anastasia identificou ainda problemas de constitucionalidade em relação à criação do comitê. Dependendo da interpretação dada ao texto, defendeu, o comitê poderia invadir competências de órgãos federais envolvidos no combate à crise.

No Senado, a deliberação da matéria ainda é uma incógnita. Ontem, o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para impedir a votação.

Apesar de não questionar no seu pedido o mérito da proposta, que separa cerca de R\$ 700 bilhões do Orçamento para ações de combate ao coronavírus, o senador questiona a mudanças de pontos da Constituição por meio de votação remota.

Além da suspensão da análise da PEC pelo Senado, Vieira pede que a votação da matéria na Câmara, que foi favorável à medida, seja anulada. O parlamentar solicita que sejam notificados os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e o procurador-geral da República, Augusto Aras.

Moro defende diálogo com quem fura isolamento

ANDRÉ RICHTER Agência Brasil, Brasília

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, disse ontem que é preciso tomar cuidado com exações cometidas por autoridades para punir as pessoas que descumprirem medidas de isolamento social para combater o novo coronavírus (covid-19). Segundo Moro, a prisão deve ser usada somente em último caso.

Durante entrevista ao portal jurídico Jota transmitida ao vivo, Moro disse que as autoridades sanitárias e

policiais devem optar pelo diálogo e orientar as pessoas a cumprirem as medidas.

"As pessoas têm que seguir as orientações que foram necessárias para debelar essa pandemia e nós temos que tomar cuidado com exageros, com atos que possam representar alguma espécie de abuso", disse.

Moro também afirmou que o ministério que comanda não usa mecanismos de geolocalização para monitorar pessoas que foram colocadas em isolamento por apresentarem sintomas da doença.

A TEL Centro de Contatos solicita aos colaboradores das filiais Salvador, Lauro de Freitas e Feira de Santana que acessem o site da empresa - área de comunicados - para conferência da lista de férias. Em caso de dúvida, consulte o seu gestor.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANGABA
AVISO PRESENCIAL Nº 002/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020
CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020

AGROPASTORIL VILA REAL S.A.
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA - SAEB
COORDENAÇÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CC

SAEB
AVISO DE CONVOCAÇÃO
A Comissão Setorial Permanente de Licitação/SMS, com base nas Leis nº 10.520/02, Lei Municipal nº 6.148/02, Decreto Municipal nº 13.724/02, Lei nº 8.666/93 na sua atual redação, subsidiariamente, e a Lei Municipal nº 4.484/02, esta, no que couber, comunica aos interessados no Pregão Eletrônico - SMS nº 118/2020, Processo nº 16.896/2019, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE SEGURANÇA, INDS COMPLEXOS, MUNICIPAIS E ESTABELECIMENTOS ASSISTENCIAIS DE SAÚDE - EAS DA SMS, que fica programado o início do recebimento das propostas a partir das 8h do dia 29/04/2020 até as 9h do dia 30/04/2020, às 9h, (abertura de propostas) e às 10h, (sessão de Disputa dos Preços).

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DO CHAPEU
PREFEITURA MUNICIPAL DE MULUNGU DO MORRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAFIETE COUTINHO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO